

12/04/2011

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 97.816 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO
RECTE.(S) : PAULO CESAR MANTELLI VENANCIO
RECTE.(S) : ALEXANDRE CESAR MANTELLI VENANCIO
RECTE.(S) : CARLOS ALBERTO DE SOUZA
ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECD.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

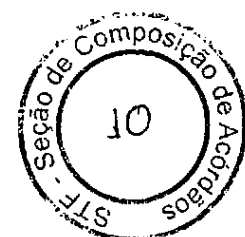
EMENTA: *HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL MILITAR. TIPICIDADE FORMAL E AUSÊNCIA DE TIPICIDADE MATERIAL. FURTO DE COISA DESCARTADA, POIS JÁ USADA PELO TITULAR DO PATRIMÔNIO. OBJETO DO DELITO AVALIADO EM MENOS DE R\$ 20,00 (VINTE REAIS). EXCEPCIONALIDADE DO CASO. ORDEM CONCEDIDA.*

1. Para que se dê a incidência da norma penal, não basta a simples adequação formal do fato empírico ao tipo legal. É preciso que a conduta delituosa se contraponha, em substância, ao tipo penal em causa, sob pena de se provocar a desnecessária mobilização de u'a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste. Poder que não é de ser acionado para, afinal, não ter o que substancialmente tutelar. Numa visão humanitária do Direito Penal, então, é de se prestigiar esse princípio da tolerância, que, se bem aplicado, não chega a estimular a idéia de impunidade.

2. No caso, o ato de se apoderar de cápsulas de projéteis e fragmentos de chumbo (imprestáveis, é bom que se diga, para causar qualquer lesão à segurança da coletividade), no âmbito da administração militar, é de ser considerado como infração de bagatela, a ponto de excluir a tipicidade da conduta dos agentes e, via de consequência, o *ius puniendi* estatal.

3. Ordem concedida para trancar a ação penal.

ACÓRDÃO



RHC 97.816 / SP

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em dar provimento ao recurso ordinário, para reconhecer a atipicidade da conduta supostamente protagonizada pelos recorrentes e determinar, por consequência, o trancamento da ação penal 16/08-0, em curso na 1ª Auditoria da 2ª CJM, o que fazem nos termos do voto do Relator e por maioria de votos, em sessão presidida pela Ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas. Vencida a Ministra Ellen Gracie, que lhe negava provimento.

Brasília, 12 de abril de 2011.

MINISTRO AYRES BRITTO - RELATOR

12/04/2011

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 97.816 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. AYRES BRITTO
RECTE.(S)	: PAULO CESAR MANTELLI VENANCIO
RECTE.(S)	: ALEXANDRE CESAR MANTELLI VENANCIO
RECTE.(S)	: CARLOS ALBERTO DE SOUZA
ADV.(A/S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECD.O.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

RELATÓRIO**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, aparelhado com pedido de medida liminar, manejado contra acórdão do Superior Tribunal Militar, que, por maioria de votos, rejeitou a tese defensiva da insignificância da conduta supostamente protagonizada pelos recorrentes.

2. Pois bem, a Defensoria Pública da União entende atípica a conduta debitada aos recorrentes. Isto sob o argumento de que o valor da coisa furtada – R\$ 18,88 (dezoito reais e oitenta e oito centavos) é irrisório. Onde o pedido de trancamento da ação penal em curso na 1ª auditoria da 2ª CJM (SP).

3. Prossigo neste relato da causa para anotar que Paulo Cesar Mantelli Venancio, Alexandre Cesar Mantelli Venancio e Carlos Alberto de Souza foram presos em flagrante delito e denunciados pelo delito de furto qualificado, inscrito no art. 240, § 6º, I e IV do Código Penal Militar. Isso porque teriam subtraído, “em proveito próprio, chumbo do estande de Tiros do Exército, com a finalidade de reverter o material em moeda, mediante sua venda a um ferro-velho” (trecho da denúncia, fls. 67).

4. Recebida a denúncia, impetrou-se *habeas corpus* no Superior Tribunal Militar para o trancamento da ação penal. *Habeas corpus* que foi denegado pela maioria dos ministros da Casa de Justiça Militar. A relatora do feito, ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, ficou vencida (na companhia de outros dois ministros daquele Superior

RHC 97.816 / SP

Tribunal) por entender que (fls. 113-116):

“[...]

A própria denúncia quando faz a descrição do fato criminoso expõe que a finalidade dos agentes seria a reversão do material subtraído em moeda, mediante a sua venda a um ferro-velho.

Dessa forma, cabe destacar que a análise da tipicidade penal na espécie há de ser mensurada com base nas informações consignadas nos autos e, não, movida por especulações em relação à destinação última dos bens subtraídos.

[...]

Ademais, cumpre ressaltar que o objeto do furto caracteriza-se como *res derelicta*, coisa despojada, descartada e abandonada pelo titular do direito real o que reforçaria, ainda mais, a tese de atipicidade do fato.”

5. Muito bem. Nessa contextura, deferi a medida liminar requestada. O que fiz para para suspender, até o julgamento de mérito deste recurso ordinário em *habeas corpus*, o andamento da Ação Penal nº 16/08-0, em curso na 1ª Auditoria da 2ª CJM.

6. À derradeira, anoto o parecer da Procuradoria-Geral da República. Órgão que opinou pela concessão da ordem.

É o relatório.

12/04/2011

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 97.816 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)

Feito o relatório, passo ao voto. Fazendo-o, transcrevo, de logo, a imputação que se lê na inicial acusatória:

“[...]

No dia 30 de novembro de 2006, [...] os denunciados subtraíram, em proveito próprio, chumbo do estande de tiros do Exército, com a finalidade de reverter o material em moeda, mediante sua venda a um ferro-velho.

Segundo apurado, no dia dos fatos, os denunciados supra qualificados, estouraram a cerca de arame do local e, desta forma, adentraram no estande de tiros, subtraíram as cápsulas de projéteis e fragmentos de chumbo, pertencentes à Fazenda Nacional, sendo surpreendidos com a chegada de policiais militares que, por sua vez, deram voz de prisão em flagrante aos elementos.

Diante deste diapasão, foi diligenciada a devolução obrigatória da *res furtiva* pela autoridade policial, mediante apreensão e entrega dos objetos, conforme fls. 13.

[...]”

(Sem destaques no original.)

8. Pois bem, para que se dê a incidência da norma penal, não basta a simples adequação formal do fato empírico ao tipo legal. É preciso que a conduta delituosa se contraponha, em substância, ao tipo penal em causa, sob pena de se provocar a desnecessária mobilização de u'a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste. Poder que não é de ser acionado para, afinal, não ter o que substancialmente tutelar. Numa visão humanitária do Direito Penal, então, é de se prestigiar esse princípio da tolerância, que, se bem aplicado, não chega a estimular a idéia de impunidade.

RHC 97.816 / SP

9. Em palavras outras, ao tempo que se verificam patentes a necessidade e a utilidade do princípio da insignificância, é imprescindível que a aplicação se dê de maneira criteriosa, sempre tendo em conta a realidade brasileira, para evitar que a atuação estatal vá além dos limites do razoável na proteção do interesse público.

10. No caso, a controvérsia se restringe a saber se o ato de se apoderar de cápsulas de projéteis e fragmentos de chumbo (imprestáveis, é bom que se diga, para causar qualquer lesão à segurança da coletividade), no âmbito da administração militar, é de ser considerado como infração de bagatela, a ponto de excluir a tipicidade da conduta dos agentes e, via de consequência, o *ius puniendi* estatal.

11. Aqui, atento às peculiaridades do caso, tenho por imperiosa a aplicação do princípio da insignificância penal. É que os fatos atribuídos aos recorrentes não tiveram a força de agredir, materialmente, o tipo penal incriminador (incisos I e IV do § 6º do art. 240 do CPM); ou seja, para que se dê a incidência da norma penal, não basta a mera adequação formal do fato empírico ao tipo legal. E o fato é que salta aos olhos a patente inexpressividade financeira do objeto que os acusados subtraíram (R\$ 18,88). Isto sem contar que a *res furtiva* foi prontamente restituída, sendo certo que, segundo consignado no voto vencido da ministra do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Rocha (fls. 113-116):

“A própria denúncia quando faz a descrição do fato criminoso expõe que a finalidade dos agentes seria a reversão do material subtraído em moeda, mediante a sua venda a um ferro-velho.

[...]

Ademais, cumpre ressaltar que o objeto do furto caracteriza-se como *res derelicta*, coisa despojada, descartada e abandonada pelo titular do direito real o que reforçaria, ainda mais, a tese de atipicidade do fato.”

12. Diga-se mais: na coletânea de julgados desta Casa de Justiça, encontro decisões que reconheceram a atipicidade de condutas assumidas

RHC 97.816 / SP

em estabelecimentos militares. Cito, por amostragem, o RHC 89.624, da relatoria da ministra Cármen Lúcia, cuja ementa é a seguinte:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL MILITAR. PROCESSUAL PENAL MILITAR. FURTO. INEXISTÊNCIA DE LESÃO A BEM JURIDICAMENTE PROTEGIDO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL MILITAR.

1. Os bens subtraídos pelo Paciente não resultaram em dano ou perigo concreto relevante, de modo a lesionar ou colocar em perigo o bem jurídico reclamado pelo princípio da ofensividade. Tal fato não tem importância relevante na seara penal, pois, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma penal, incide, na espécie, o princípio da insignificância, que reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal e, por consequência, torna atípico o fato denunciado. É manifesta a ausência de justa causa para a propositura da ação penal contra o ora Recorrente. Não há se subestimar a natureza subsidiária, fragmentária do Direito Penal, que só deve ser acionado quando os outros ramos do direito não sejam suficientes para a proteção dos bens jurídicos envolvidos.

2. Recurso provido.”

13. Esse o quadro, concedo a ordem. O que faço para reconhecer a atipicidade da conduta supostamente protagonizada pelos pacientes e determinar, por consequência, o trancamento da Ação Penal nº 16/08-0, em curso na 1ª Auditoria da 2ª CJM.

14. É como voto.

12/04/2011

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 97.816 SÃO PAULO

VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente) - Peço vênica a Vossa Excelência, Ministro Joaquim Barbosa, para abrir a discussão, mas eu diverjo de Vossa Excelência e divergiria mesmo que os agentes fossem militares. Se militares, por descumprimento também da disciplina militar, o comportamento não seria considerado sem relevo.

O Senhor Ministro Ayes Britto (Relator) - Se fossem militares, eu também não enquadraria no princípio.

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente) - No entanto, os pacientes são civis e isso significa que eles invadiram o próprio Militar, cujo acesso é vedado aos civis.

O Senhor Ministro Ayes Britto (Relator) - Isso não há dúvida. Eles arrombaram a cerca.

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente) - Exato. Então, eu acredito que todas essas circunstâncias, além do valor que, no caso, é ínfimo, mas se eles tivessem prosseguido na sua coleta, talvez conseguissem juntar uma quantidade de chumbo suficiente para carregar várias armas.

O Senhor Ministro Ayes Britto (Relator) - O chumbo era imprestável, porque já tinha sido deflagrado.

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente)- O chumbo pode ser vendido no ferro velho, tanto que era isso que eles pretendiam fazer. O metal pode ser reaproveitado, esses metais todos são recicláveis.

RHC 97.816 / SP

Então, nestas circunstâncias, considerando que o recinto militar foi invadido, que eles se apropriaram indevidamente de algo que poderia reverter para a União. (Podia ser a União que recolhesse o chumbo e o trocasse com o seu fornecedor de munição), no caso, nego provimento ao recurso.

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 97.816**

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO

RECTE.(S) : PAULO CESAR MANTELLI VENANCIO

RECTE.(S) : ALEXANDRE CESAR MANTELLI VENANCIO

RECTE.(S) : CARLOS ALBERTO DE SOUZA

ADV.(A/S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RECDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Decisão: A Turma, por maioria, deu provimento ao recurso ordinário, para reconhecer a atipicidade da conduta supostamente protagonizada pelos recorrentes e determinar, por consequência, o trancamento da ação penal 16/08-0, em curso na 1ª Auditoria da 2ª CJM, nos termos do voto do Relator, vencida a Senhora Ministra Ellen Gracie que lhe negava provimento. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes. Presidiu, este julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. **2ª Turma**, 12.04.2011.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ayres Britto e Joaquim Barbosa. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador